X Encontro Científico
INTERDISCIPLINAR DO LITORAL PARANAENSE
Evento on-line nos dias 3,4 e 5 de novembro de 2020

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA

VIRGINIA DA SILVA SOUZA RIBEIRO

UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL DO SUJEITO QUE FREQUENTA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

GUARATUBA

2020

VIRGINIA DA SILVA SOUZA RIBEIRO

UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL DO SUJEITO QUE FREQUENTA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na modalidade Artigo Científico - apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – Faculdade Isepe - como requisito para obtenção do título de Pedagoga.

Orientadora: Rosilda Maria Borges Ferreira.

GUARATUBA

2020

ISEPE

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC DE PEDAGOGIA – ANO 2020

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 19h20, em ambiente virtual por meio de videochamada do Google Meet, durante o X Encontro Científico do Litoral Paranaense promovido pela Faculdade do Litoral Paranaense ISEPE - Guaratuba, situada na Rua Joaquim Menelau de Almeida Torres, 101, Piçarras, nesta cidade de Guaratuba-PR, realizou-se a defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica: **VIRGÍNIA DA SILVA SOUZA RIBEIRO** intitulado **"UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL DO SUJEITO QUE FREQUENTA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS"** apresentado à Banca Examinadora, composta pelos Professores identificados abaixo.

Após a apresentação e arguições, a Banca deliberou, segundo os critérios estabelecidos no regulamento de trabalho de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade Artigo Científico e que foram devidamente observados pelos membros da Banca, concluindo-se pela **APROVAÇÃO** da acadêmica com nota: **10,0** (DEZ).

Nada mais havendo a relatar, eu, Professora Trindade dos Santos de Freitas, coordenadora do Curso de Pedagogia, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim, e por todos os demais integrantes da banca examinadora.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA
Credenciada pela Portaria Nº 3.875/2002 - MEC
Publicada no Diário Oficial da União em 27/12/2002

Guaratuba, 03 de novembro de 2020.

Trindade dos Santos de Freitas
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Professora Orientadora e Avaliadora: Rosilda Maria Borges Ferreira

Avaliador 2: Trindade dos Santos de Freitas

Avaliador 3: Karyna Brunetti Lucinda

Acadêmica: Virginia da Silva Souza Ribeiro

ISEPE

TERMO DE APROVAÇÃO

A acadêmica **VIRGÍNIA DA SILVA SOUZA RIBEIRO** apresentou e defendeu o Trabalho de Conclusão de Curso – na modalidade Artigo Científico - intitulado **"UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL DO SUJEITO QUE FREQUENTA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS"**, para a obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia, sendo julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Banca Examinadora do Curso de Pedagogia.

Guaratuba, 03 de novembro de 2020.

Professora Especialista: Trindade dos Santos de Freitas
Coordenadora do Curso de Pedagogia

Apresentado à Comissão Examinadora, integrada pelos professores:

Professora Mestre Rosilda Maria Borges Ferreira
Orientadora e Avaliadora

Professora Mestre Karyna Brunetti Lucinda
Avaliadora

Professora Especialista Trindade dos Santos de Freitas
Avaliadora

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE GUARATUBA
Credenciada pela Portaria Nº 3.875/2002 - MEC
Publicado no Diário Oficial da União em 27/12/2002

UM OLHAR PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E RECONSTRUÇÃO EMOCIONAL DO SUJEITO QUE FREQUENTA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RIBEIRO, Virgínia da Silva Souza[1];
FERREIRA, Rosilda Maria Borges[2]

RESUMO
O presente estudo é resultado de uma pesquisa bibliográfica que tem como suporte teórico conceitos e discussões dos autores em relação ao tema em destaque. Para tanto, busca-se compreender o processo educacional que ocorre na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Primeiramente na construção social da cidadania, considerando o papel da escola no compromisso de atender estes alunos de forma significativa rumo às mudanças do futuro. Segundo aspecto é a reconstrução emocional do sujeito através dos fatos por eles vividos em sua vida afetiva, intelectual e social. Dessa forma, foi viável trabalhar e relacionar a realidade e toda sua complexidade de ensino nessa modalidade. Assim, este artigo apresenta discussões relevantes de socialização e afetividade, fatores determinantes para desenvolver um sujeito crítico e participativo na sociedade. Por se tratar de uma reflexão, este estudo não se esgota, pois apresenta a possibilidade de novas pesquisas sobre as competências socioemocionais do ser humano visando à melhoria e à qualificação dessa modalidade educacional.

Palavras-chave: identidade; socialização; afetividade.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino com práticas educacionais diferenciada das demais por atingir um público com vivências particulares e complexas, sujeitos com perfis inconclusos que não tiveram chance de estudar em tempo hábil e que trazem consigo fragilidades de identidade, social e emocional. Nesse sentido, visando entender a importância da contribuição da escola no papel social não só na educação formal, mas também na compreensão das constantes mudanças pelas quais o aluno passa, procurou-se relacionar estes aspectos junto à escolarização levando em consideração a interdependência e a multiplicidade do indivíduo em sua concepção social, emocional e cognitiva.

Nesse contexto, este artigo busca compreender qual a função da escola na construção da identidade e reconstrução emocional do sujeito que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Os questionamentos se fazem pertinentes uma vez que é por meio de mudanças e posturas concretas e de ações pedagógicas relevantes que as transformações acontecem, sendo a escola um lugar de

[1] Aluna do 8º período do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba – Faculdade Isepe. E-mail: viribeiro31@hotmail.com
[2] Professora e Orientadora do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação de Guaratuba, Faculdade Isepe. Graduação em Letras-Português, Pedagogia. Mestre e Especialista. E-mail: rosilda@isepe.edu.br

GT 4B Aprendizagens, Metodologias, Práticas e Inclusão.

socialização e de interação e que auxilia na construção dos indivíduos ensinando-os a se apropriarem de direitos e deveres para atuarem no exercício da cidadania.

Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar aspectos relevantes que envolvem a vida social do aluno que frequenta a EJA; quais significados que eles contêm para a escolarização e compreender a contribuição da afetividade na aquisição do conhecimento e na organização da aprendizagem. Nesse sentido, cabe à escola não só ensinar os jovens e adultos os códigos da escrita e da leitura, mas entender suas dificuldades, suas expectativas e anseios, ou seja, resgatar no sujeito a sua dignidade, sua identidade, impulsionando-o para o crescimento pessoal ou profissional.

A metodologia utilizada para esse estudo foi a pesquisa de caráter bibliográfica, baseada em leituras de renomados teóricos que contribuíram para os resultados expostos com a finalidade de compreender os fatores pertencentes ao sujeito que frequenta a EJA. Inicia-se pela trajetória da EJA, no Brasil; quem é o aluno que frequenta a EJA, sua identidade; os aspectos relevantes que envolvem a vida social do aluno; a função social da escola; a contribuição da afetividade na aquisição do conhecimento e na organização da aprendizagem. Em suma, a realidade do contexto EJA, quando estudada com dedicação e propriedade pode ajudar para a melhoria dessa modalidade.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Segundo Demo (1995, p. 11) a metodologia é disciplina que usa os instrumentos a favor da pesquisa e "visa conhecer caminhos do processo cientifico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade". Para o autor, além do cunho indagador, a metodologia ajuda a construir uma nova realidade a partir dos fundamentos expostos nos estudos, principalmente em ciências sociais onde pode ser contestada.

A intenção deste trabalho é buscar respostas por meio de pesquisa bibliográficas com os dados que já foram publicados sobre o tema desse estudo. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 183) "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras".

Dessa maneira, para responder aos objetivos propostos foi utilizada a pesquisa teórica por meio de artigos, Leis, Diretrizes Nacionais e livros de autores respeitados no universo científico, entre eles podemos destacar: Delors (2000), destacando a importância da educação ao longo da vida; Freire (1996), apontando o professor como agente incentivador pela busca do

conhecimento; e também destaca a habilidade de intervenção do docente na conexão entre o aprender e a afetividade. Chalita (2001), contribuindo nas questões do afeto; Libâneo (2012), corroborando com a interação social da escola e do sujeito, entre outros que embasaram este trabalho.

Assim sendo, este artigo tem o objetivo de compreender os fatores pertinentes ao sujeito que frequenta e Educação de Jovens e Adultos, sua identidade, afetividade e interação social e as contribuições da escola para o desenvolvimento sociocultural do aluno.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O processo educacional no Brasil começa a ser notado a partir da primeira Constituição Imperial (1824) que certificava ser a todos os cidadãos o ensino primário. Ocorre que nessa época, a educação brasileira vinha de um período de deficiência confundindo-se com a sua própria história, passando por diferentes etapas, entre elas a dos jesuítas que se beneficiavam da inocência dos nativos para influenciar na fé cristã-católica e alfabetizar no idioma português. As reformas educacionais do governo de Marquês de Pombal tinham características singulares com os objetivos excludentes em que a educação alcançava os - homens e brancos - exclusivos aos filhos dos colonizadores, centralizando a educação nas classes influentes, surgindo na alfabetização de Jovens e Adultos uma postura de bondade social dos que sabiam ler em favor dos mais desvalidos. Além disso, as Reformas de Leôncio de Carvalho (1879) e a Lei Saraiva (1881) eram excludentes de humilhação julgando o sujeito analfabeto dependente e incompetente, e reduzia o voto aos alfabetizados (STRELHOW, 2010). Muito se percorreu até pensar em educação como um direito e não como um favor.

Conforme Brasil (2002), com a Reforma João Alves no Decreto n.º 16.782/A, de 13 de janeiro de 1925, dá-se início às escolas noturnas para adultos, mas foi apenas na Constituição de 1934 que a obrigatoriedade e a oferta gratuita do ensino primário tiveram respaldo legal.

De acordo com Brasil (2002), na década de 60, com as primeiras Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) na Lei nº 4.024/61, ficou estabelecido que por meio de exames de madureza - um teste para quem estava em atraso nos estudos - os jovens maiores de dezesseis anos e os maiores de dezenove anos poderiam obter o certificado de conclusão de curso ginasial e colegial, respectivamente e, em 1964, com o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), sob a orientação de Paulo Freire, programas de alfabetização alcançam todo o país. No entanto, houve a interrupção por conta do golpe militar no qual os educadores começaram a sofrer censura. E

em 1967, criou-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), um projeto ousado para erradicar o analfabetismo entre os jovens e adultos. Nessa mesma articulação, no ano de 1971, com a Lei 5.692/71 (LDBEN), foi instituído o ensino supletivo determinando a "suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não tinham seguido ou concluído na idade própria" (BRASIL, 2002, p. 16) podendo ser praticado a distância.

Conforme Brasil (2002), ao mesmo tempo em que termina o período Militar (1985) o Mobral tem seu fim na história da educação e desse modo cria-se a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, Fundação Educar que, posteriormente, no ano de 1990 a mesma também chegava ao fim. Contudo, no ano de 1990, a educação - principalmente a alfabetização - ganha uma aliada de peso: a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, na qual se requisita avanços e aumento de oferta no ensino de jovens e adultos. Mas foi através da Resolução CNE/CEB nº 1/2000 que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos referenciam a EJA como modalidade da Educação Básica dissociando a concepção anterior de compensação e suprimento considerando a de reparação, equidade e qualificação.

Da mesma forma, a LDB nº. 9394/96, em seu artigo 37, prescreve que "a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria". E do mesmo modo no Art. 38 "Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular" (BRASIL, 2013, p. 327). Estas Diretrizes salientam que a EJA considere o perfil do discente e a sua idade, planejando as metodologias, garantindo a equidade e a distinção em suas práticas.

Para Brasil (2013, p. 17), a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, relata "o pleno desenvolvimento da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" Nessa mesma compreensão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) reafirma o compromisso da educação e do direito à cidadania em seu Art. 22 no qual estabelece que o objetivo da educação básica é "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, 2013, p. 20).

E assim, conforme a necessidade as adaptações vão surgindo ao longo do caminho reformulando leis, inserindo programas, visando metas tudo com o compromisso de promover e assegurar o ato educacional e a aprendizagem a todos os cidadãos.

Conforme Paraná (2018), no estado do Paraná a Educação de Jovens e Adultos foi sancionada em 1972, com a fundação do Departamento de Educação Complementar que,

posteriormente, tornou-se o Departamento de Ensino Supletivo vinculado à Secretaria Estadual da Educação do Paraná (SEED-PR). Nas décadas seguintes, em 1980, foram criados os Centros de Estudos Supletivos (CES) e em 1990, por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA/Seed), o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA) e Postos Avançados de Ceebja (PAC) 2001, o objetivo desses programas era diminuir taxas de analfabetismo no estado. Estes esforços ganham em 2004 um fôlego extra com a cooperação do Governo Federal, criando o Programa Paraná Alfabetizado. Outras ações foram postas em favor da EJA, em 2005 com uma organização mista - presencial e semipresencial - e em 2006, com aulas somente presenciais, carga horária e matrículas por disciplinas. Assim, com esta nova proposta curricular o (PAC) denomina-se Ação Pedagógica Descentralizada (APED).

Todas as leis vigentes no Brasil reforçam a importância da Educação de Jovens e Adultos, por entenderem que uma sociedade democrática, humana, culta, igualitária se desenvolve em todas as dimensões da educação, considerando e respeitando as múltiplas identidades de sua gente.

Discorrer sobre a trajetória de Educação de Jovens e Adultos e não citar as contribuições de Freire (1989) à educação, é negar a própria história da EJA no Brasil. Sua dinâmica inovadora na alfabetização possuía características próprias, como a decomposição das palavras com palavras geradoras advindas do cotidiano e da cultura das pessoas. Essa metodologia beneficiava-se do diálogo com o educando inserindo a compreensão e a reflexão no processo de construção do conhecimento, fazendo com que o sujeito se reconhecesse como protagonista de sua história, conforme o autor completa “assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto” (FREIRE, 1996, p. 41).

Nesse sentido, a prática educativa não poderia ter outro significado senão o de colocar o educando como crítico do ser social e para a sociedade, corroborando que o seu aprendizado escolar vai além das aquisições de símbolos. Além disso, os métodos de Paulo Freire não ensinam a repetição de palavras, mas o de desenvolver a capacidade de pensá-las. Com as palavras o homem se faz homem, ao dizer sua palavra estará assumindo a condição humana.

Segundo Delors (2000, p. 105) “a educação básica bem-sucedida suscita o desejo de continuar a aprender [...] quanto mais formado se é, mais desejo se tem de formação”, e a educação básica é o primeiro passo para que isso aconteça retardando o analfabetismo e aumentando as chances de realização pessoal. Dessa forma, a escola em âmbito amplo é um investimento social e humano.

3.2 QUEM É O ALUNO QUE FREQUENTA A EJA, QUAL SUA IDENTIDADE?

A EJA tem como princípio o caráter inconcluso dos alunos e é cheia de singularidades, pois são pessoas com um caminho já percorrido, de diferentes idades, compostos por uma cultura produzida pelo meio em que vivem, sejam na família, trabalho, grupo social, crenças e valores. Sob este ponto de vista, é de suma importância entender e considerar as distintas origens dos alunos, como traçar seu perfil, pesquisar sua vida, onde mora, trabalho, sua vida pregressa, sua família. O aluno da EJA pode ser uma dona de casa, o pai, o jovem, o trabalhador, Pessoas com Deficiência (PcD), o idoso entre outros, que não tiveram seus estudos concluídos em tempo hábil.

Segundo Souza (2007) os sujeitos da EJA, em meados do século XX, basicamente eram migrantes vindos da zona rural para estudarem nos centros urbanos, pois no campo eram escassas as escolas e entendia-se que para trabalhar na terra não havia a necessidade de ter escolarização. Esses educandos buscavam melhorias para a vida profissional e a superação diante do constrangimento de ser iletrado. Estes motivos sejam pela qualificação profissional ou pelo progresso pessoal, ainda são os principais argumentos de regresso às aulas.

De acordo com Paraná (2006), muitos alunos da EJA veem o professor como o único que possui saberes, e ele apenas os recebe sem nenhuma ação. Sob este paradigma que se perpetua, é necessário incentivar os alunos a pensarem de maneira autônoma despertando a reflexão do processo pedagógico. Esta dificuldade que o aluno traz consigo se deve ao fato de a educação ter caminhado em passos lentos na concepção tradicional, bancária e verticalizada.

Freire (1987) defende que a educação não pode ser bancária, depositada no aluno como se este fosse “vasilhas” e o educador sabe-tudo mantém-se negador do conhecimento do aluno, interrompendo seu crescimento, como se o aluno não fosse um ser pensante, autônomo, capaz de identificar, de escolher, de atuar. O modo de ensinar mudou e o educador que antes transferia conhecimento, hoje ele orienta, motiva, é o agente ativo no ambiente escolar. É nesta condição de seres indagadores, que as competências e habilidades do aluno vão aparecendo e transformando-o críticos de sua história.

3.2.1 Aspectos relevantes que envolvem a vida social do aluno que frequenta a EJA

Ingressar na escola apenas para aprender o código da escrita ou para ser leitor das necessidades básicas não faz do indivíduo, um letrado. A atualidade exige muito mais. O letramento é o uso social da leitura e da escrita, isso significa que o cidadão letrado é o que atende as exigências sociais, ou seja, aquele que consegue utilizar a leitura e a escrita como

função social e interagir em qualquer situação. E na EJA, um dos fatores que mais incomoda é o constrangimento de não saber ler e escrever.

Para Brasil (2006) a EJA, é um espaço multicultural e possui sujeitos marcados pela exclusão social, inseridos precocemente no trabalho, culturalmente com pouca escolaridade, de baixo poder aquisitivo, geralmente são filhos de pais com restrita ou quase nenhuma instrução e se apresentam com baixa autoestima, abalados inseguros de suas atitudes, desestimulados e envergonhados pelo fracasso escolar. Estas características que envolvem a EJA, são complexas e múltiplas e estão relacionadas à psique do sujeito: as relações que o aluno estabelece com o meio, na interação professor/aluno, nas metodologias pedagógicas, como organiza o conhecimento e aprendizagem, etc. Além do mais, o fracasso escolar pode ser vicioso e contínuo na vida dos alunos da EJA. Por isso, é tão importante que o docente seja motivador e dê liberdade para que o aluno se faça ouvir " Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda" (FREIRE, 1987, p. 79).

Da mesma maneira Libâneo (2012) reforça que a escola é um lugar de múltiplas identidades, de múltiplas famílias e nela inserem-se alunos, docentes, diretor, comunidade, pedagogo e funcionários, parte importante para a definição da composição escolar e cultural do indivíduo, pois cada um em sua individualidade participa nas ações e na coletividade. A construção da identidade do indivíduo passa pela escola, pelos processos de aquisição de saberes e práticas e o conhecimento cultural das pessoas ajuda a determinar a cultura da organização escolar, esta, por sua vez, devolve à sociedade a formação humana. Nessa pluralidade, a escola se apresenta como espaço de socialização e de relações interpessoais contribuindo para o desenvolvimento do autoconhecimento levando em conta as realidades socioculturais de cada indivíduo.

Segundo Delors (2000), a educação no decorrer de toda vida não é um anseio distante, mas se direciona para nossa realidade atual e está estreitamente ligada à complexidade educacional. Para alcançar êxito, é necessário refletir a interdependência, abandonando a prática isolada das formas de aprendizagem. Atualmente as transformações tecnológicas, industriais, comerciais e outros ramos de trabalho exigem maior escolaridade e conhecimentos técnicos para atuar em áreas específicas, explorando a competitividade. Consequentemente, a aprendizagem anterior se torna ultrapassada, impondo novos saberes na constante formação do sujeito. E para que isso aconteça, a educação tem de tomar seu lugar no âmbito social e opor-se a todos os modelos de exclusão.

Neste sentido, entende-se que o conhecimento prévio do sujeito se torna importante não só nas ações educacionais, mas também para ingressar no mundo do trabalho, pois a atualidade requer indivíduos capacitados para funções diversas.

3.3 A FUNÇÃO DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SUJEITO QUE FREQUENTA A EJA

A escola viabiliza a prática cidadã por ser um espaço em constante evolução, desempenhando o seu papel histórico-cultural de sua época.

Conforme Paraná (2006) na história da educação, a educação formal e não formal sempre procurou preparar as pessoas para responder a demanda de produção. Para desvincular esta ideia é necessário entender o significado dessa prática na vida dos alunos da EJA. O compromisso da modalidade EJA é com a formação do sujeito incluindo a cultura, pois é através dela que o aluno se aperfeiçoa e desenvolve a criticidade, a ética e adquire a autonomia intelectual. Ainda segundo o autor, compete ao professor mostrar meios que vinculem ciência, trabalho e cultura e que sejam embasados na ciência e na história proporcionando o desenvolvimento do sujeito. Neste sentido "A escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva (PARANÁ, 2006, p. 29).

Dessa forma, Freire (1996) enfatiza que a postura do professor não pode ser de negação, esconder-se ao educando em sua prática educativa. Ele é antagônico neste sentido, sendo ele o auxiliador na busca epistêmica. Em seu trabalho docente há de transcorrer um rompimento instigando, impulsionando o aluno [...] o professor deve assumir sua postura política, ideológica, suas convicções. Rejeitar esta postura é desrespeitar o educando. O professor precisa ser observador e incentivar o aluno a se posicionar.

De acordo com Paraná (2018), a EJA tem princípios baseados na equidade; diferença e na proporcionalidade. A equidade refere-se aos elementos curriculares em sua distribuição (etapas I, II, e Ensino Médio) visando possibilitar igualdade na formação do sujeito. As disciplinas são iguais a da educação básica. Em relação a princípio da diferença, pretende identificar e reconhecer as características do sujeito da EJA, levar em conta a maneira que cada um aprende e inserir metodologias pedagógicas variadas considerando a idade dos alunos. A proporcionalidade está ligada ao tempo e ao espaço, com o currículo flexível fazendo-se cumprir a carga horaria e tempo de curso visando à disponibilidade do aluno de modo a atender igualmente para que adquira os mesmos conhecimentos do aluno da educação básica.

Ainda conforme Paraná (2018), a EJA se estabelece em três funções são: reparadora; equalizadora e qualificadora. Reparadora porque identifica a educação básica como direito e como essencial para o desenvolvimento do sujeito que outrora foi privado por diversos situações, democratizando assim a educação formal. Equalizadora procura através da educação formal inserir e alfabetizar os jovens e adultos, assegurando que todos tenham oportunidade para reinserção social e profissional. Qualificadora refere-se à educação contínua tanto formal quanto no mundo do trabalho. A EJA visa a que o aluno se reconheça em seu papel social.

Delors (2000, p. 106) ressalta "a educação ao longo da vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e de suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir". Da mesma forma, Paraná (2006, p. 29) afirma que "a educação de Jovens e Adultos tem um papel fundamental na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural".

É através da educação que acontece inclusão integral dos Homens para se constituírem sujeitos na vida pública. Segundo Wallon apud Galvão (1995, p. 91) "a educação deve, obrigatoriamente, integrar à sua pratica e aos seus objetivos, essas duas dimensões, a social e a individual: deve, portanto, atender simultaneamente à formação do indivíduo e à sociedade".

Nesse sentido, a escola exerce sua real função de introduzir meios para que o aluno se torne ativo e participativo. Além disso, estimular o raciocínio frente ao contexto social. Conforme Delors (2000), em Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, destaca quatro pilares da educação que direcionam conceitos fundamentais para o aprendizado, são eles: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser. Eles são bases que não podem dissociar-se um dos outros e se constituem interligando-se, são primordiais para a formação do sujeito, conforme explicação abaixo:

Aprender a conhecer - implica além da aquisição do saber codificado o domínio sobre os próprios meios, esse conhecimento tenciona que se torne prazeroso o descobrir, o conhecer, de compreender. A busca pelo conhecimento abre o entendimento fazendo com que a pessoa entenda o ambiente em diferentes ângulos sociais, despertando a curiosidade e o senso crítico.

Aprender a fazer - refere-se à habilidade profissional de como o indivíduo responde trabalhando em equipe diante das diversas situações e como o sujeito vai colocar em ação os seus saberes aprendidos no mundo do trabalho que está em constante evolução.

Aprender a viver juntos - abrange amplamente todos os outros pilares, implica administrar conflitos, respeitar as adversidades, compreender e desenvolver a reciprocidade para um bem comum. Esse é um dos pilares mais desafiadores para a educação.

Aprender a ser - diz respeito ao pensamento autônomo, ao agir, ao decidir, à sensibilidade, criatividade e imaginação, entre outros e conseguir formar seu próprio conceito em relação aos outros. Ainda segundo Delors (2000, p. 101), “a educação é antes de mais nada uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade”.

Com base nesses pilares, a escola tem muito a contribuir para a formação do sujeito e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Além disso, a função da escola é democratizar e criar espaços inovadores, promover e oportunizar o conhecimento científico, estimular a cultura, gerar o ser político, incentivar a tecnologia, excluir as desigualdades e, desse modo o sujeito conquista a cidadania por meio da participação coletiva e solidária. Sendo o foco da educação o ser humano, sem ele não há qualquer possibilidade que se faça o ato educacional.

Dewey (1973) explica que é na ação educativa que sujeito e sociedade se integram proporcionalmente e o âmbito social/ou escolar, se bem comprometidos com a educação, devem proporcionar situações para que o indivíduo desempenhe sua personalidade. Nesse contexto, o autor complementa:

> se notarmos, porém, que não existe indivíduo sem sociedade, nem sociedade sem indivíduos, que uma e outra são produtos e fatores de uma situação única - vida social - e que essa situação por isso mesmo que é o resultado de uma constante interação de elementos diversos, é essencialmente móvel e dinâmica (DEWEY, 1973, p. 28).

Neste sentido, a socialização também é um processo de ensino-aprendizagem onde a característica do sujeito aplica-se na sociedade, além disso e, o mais essencial, valida-se na ação educativa sendo o ambiente escolar a conexão entre estes dois mundos individual e social, e que mutuamente se constroem.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO DA AFETIVIDADE PARA A AQUISIÇÃO DO CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Aprender a valorizar-se e a cuidar-se necessita em primeiro lugar que o indivíduo comtemple seu interior e afaste a zona de conforto que existe dentro de si, esta autoanálise possibilita a reconstrução do emocional que, muitas vezes adormecido, sofre a humilhante desvalorização. Sendo o sujeito indissociável da emoção, nada mais justo que colocá-lo no centro da vida.

Segundo Moscovici (2013), no cenário social o adulto é visto restrito em suas atividades intelectuais e orgânicas por conta de sua estrutura física, mas ainda que sofra diminuição de

suas funções isso não diz que não possa aprender. Além disso, o adulto que se mantém ativo em exercícios de leitura, e em tarefas educacionais, que busca estar informado, inquiridor, está mais apto a aprender ao longo da vida.

Esta interpretação dá um novo sentido ao que outrora se pensava do adulto como um ser reduzido de suas capacidades intelectuais. Segundo Brasil (2006) anteriormente a psicologia colaborava com este pensamento, pois estava voltada à criança e ao adolescente e enxergava os adultos como concluídos que, ao envelhecer, não seriam capazes de aprender. Hoje sabe-se que o ser humano aprende em qualquer estágio da vida. Ademais, os adultos aprendem de forma diferente, pois trazem consigo conhecimentos prévios, ou seja, já adquiridos de experiência de vida que os ajudam a assimilar o aprendizado. Igualmente, o autor expõe que estes conhecimentos integram no saber sensível e saber cotidiano. O saber sensível traz o conhecimento natural do ser humano que se referem ao cincos sentidos e é mais abrangente e maior, o sujeito nasce com ele, trata-se da sensibilidade, da fusão dos sentidos natos e sua capacidade de inserir novos conhecimentos a partir deles. O saber cotidiano diz respeito ao conhecimento obtido de forma casual sem comprovação cientifica, são originários de circunstâncias empíricas e são de grande valor na constituição do ser humano.

Estes conhecimentos incluídos na prática educacional permitem a organização e estruturação de habilidades, são mecanismos de importância na acomodação para adquirir novas informações e competências, internalizando novos aprendizados, e o afeto não se separa desta composição.

Segundo Chalita (2001), a sociedade vive em um ritmo frenético, a utilidade de tudo tem um tempo determinado e com os homens não é diferente haja vista que a cultura impõe modelos e comportamentos onde não é possível o idoso desfrutar do direito de sentir prazer, amor ou se educar. O tempo é efêmero, não aceita desculpas, vivê-lo requer amor nas entrelinhas da vida e pela vida e por aqueles que nos cercam.

A convivência entre Jovens e idosos traz vantagens aos dois, um ganha na experiência; outro na vivacidade se renovando e a escola pode trabalhar estas diferenças entre jovens e adultos mostrando a importância do respeito, da harmonia cada qual aprendendo no seu tempo. “Isso só depende de sabedoria no reconhecimento de que o outro é diferente e tem limitações, tem medos, tem um tempo para a aprendizagem. Por isso a convivência humana parece complicada, mas nem assim deixa de ser bela” (CHALITA, 2001, p. 46). É possível integrar o amor, o afeto, a troca, a sensibilidade partindo do princípio de que a ciência nos ensina e afirma que o homem é integral em sua formação.

Conforme Almeida (2008), com base nos ensaios de Wallon (1959) afirma que primeiro a afetividade se estabelece organicamente e, posteriormente, sofre interferência do ambiente. A afetividade em sua essência está ligada ao bem-estar e ao mal-estar e vai evoluindo a partir das relações. Qualquer conceito definido na criação do homem se torna frustrado perante a mutualidade desses elementos. O fator biológico não é o único a influenciar na vida da criança para a passagem adulta os resultados mudam a partir do contexto social e de suas preferências pessoais. Desse modo, também o orgânico e o psíquico são competências que se desenvolvem simultaneamente se interligando e o emocional e o intelectual do ser humano se alternam constantemente e são dependentes.

Corroborando com o exposto, Davis (1993) afirma que a afetividade e o intelecto são recursos que servem de ajustes, são eles que possibilitam ao indivíduo criar funções sobre os objetos, ambiente, circunstâncias e seus semelhantes, o indivíduo forma sua identidade através delas. O afeto tem poder de selecionar e intervir dando preferência a intenções, peculiaridades das emoções, sendo de aproximação ou de afastamento.

A motivação faz conexão entre o autoconhecimento - princípios e ideologias - com o subconsciente - do eu, desse modo quando a pessoa está motivada aprende mais rápido e as origens motivadoras são tanto peculiar quanto comum. “A motivação humana deve ser compreendida na relação entre os aspectos cognitivos e afetivos da personalidade, ambos largamente dependentes do meio social” (DAVIS, 1993, p. 85).

Dessa maneira, o professor na orientação de seu saber reflete a prática educacional e, de acordo com sua relação/aluno, ele prioriza a afetividade, incluindo a ética, valoriza a comunicação nas suas práxis.

Freire (1996) também destaca a habilidade de intervenção do docente na conexão entre o aprender e a afetividade. O professor não deve ter medo de expressar suas emoções, ao revelar ele valida o seu compromisso com o aluno, a ideia de divisão entre a seriedade do professor e o afeto deve ser eliminada. O docente não se tornará melhor apresentando-se frio, afastado, rigoroso. A afetividade não pode ser rejeitada, pelo contrário, deve ser reconhecida, acessível, porém não deve influenciar no seu trabalho ao ponto de privá-lo da autoridade que lhe cabe. É importante reconhecer que o afeto influencia no comportamento e aguça o aprendizado, a autoestima e a afetividade não se estacionam, elas se desenvolvem como o intelecto.

Para Chalita (2001, p. 11) “a educação não pode ser vista como um depósito de informação. Há muitas formas de transmissão de conhecimento, mas o ato de educar só se dá com afeto, só se completa com amor”. O amor movimenta todas as coisas e na educação não pode ser deixado de lado, uma vez que em sua prática educativa o professor deve inclui-lo.

Quando se ama o que faz ou as pessoas que estão a nossa volta há uma entrega, o professor busca sempre o melhor, faz o melhor por seus alunos. Não há fórmulas pronta para educação, mas inserir o afeto a ela é inquestionável para a constituição do sujeito. Haja vista que aprender para a vida é mais válido do que aprender apenas o conteúdo. Torna-se prazerosa a aprendizagem quando se está motivado, as relações de comportamento com o mundo exterior dizem muito do que se quer e onde se quer chegar. Além disso, o docente em seu ato educativo precisa ser verdadeiro, ser autêntico.

Dessa maneira, Freire (1996, p. 47) enfatiza que "saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção". Considerando o exposto, o docente em sua tarefa educativa instiga a criticidade, estimula a curiosidade, ensina a ler o mundo e a perceber-se nele, incentiva a atuar com autonomia e a se posicionar. Ensinar a pensar certo. Em outras palavras, o docente que assim ensina, ama o educando e sua pedagogia. Igualmente é indispensável para que o aluno percorra seu caminho educacional, desenvolvendo suas habilidades e capacidades.

Chalita (2001) explica que a sociedade não tem dado lugar para o jovem se fazer ouvir. A escola e a família são os primeiros lugares onde devem ocorrer esta prática e preparar o jovem para atuar na sociedade, para não perder sua identidade, não se corromper, ter discernimento. Contudo há um antagonismo, a sociedade que prepara o jovem para atuar é a mesma que lhe rouba o direito de viver sua infância, sua juventude com segurança. Entretanto a juventude se renova nos desejos, nas lutas, na ousadia e mesmo na rebeldia não deixa de sonhar. Portanto, a aprendizagem se organiza e se potencializa em um ambiente sociocultural múltiplo e de extremidades singulares revelando a individualidade de cada sujeito.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) em suas competências para educação, evidenciam habilidades voltadas ao socioemocional entre elas: autoconhecimento, curiosidade, autonomia, empatia, senso crítico, cooperação, solucionar conflitos, e que estejam inseridas no plano de aula tornando-se interdisciplinares. As competências afetivas e cognitivas trabalham melhor assim, juntas potencializando os conhecimentos e preparando o aluno para tomar decisões em qualquer lugar, seja na escola ou no trabalho fundamentado nos princípios éticos. Cabe ao professor, nesta relação renovar sua prática e inserir situações do cotidiano e aprendizagens significativas que assegurem melhor apropriação de conteúdo, visto que os sujeitos emocionalmente otimistas aprendem melhor quando se reconhecem no mundo.

Este processo de autoconhecimento invalida todo eventual constrangimento que possa aparecer, seja no espaço escolar ou fora dele o indivíduo sente-se seguro para agir e realizar-se.

Para enfrentar os conflitos impostos pelas adversidades, os alunos devem ser instigados à pluralidade de ideias, à reflexão, estas dinâmicas ajudam na compreensão de fraquezas e inseguranças do aluno. Dessa forma, a afetividade torna-se um fator primordial na formação do sujeito e para seu aprendizado onde homogeneíza os seres, constitui empatia, fortalece os grupos e atribui segurança visando ao ser humano na sua totalidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa teve por finalidade compreender os processos educacionais na construção da identidade e reconstrução emocional do sujeito que frequenta a Educação de Jovens e Adultos (EJA), partindo do princípio que a escola é um espaço para a inclusão e de intervenção sociocultural nas relações que nela existe, o aluno da EJA deseja muito mais do que apenas conhecimento formal, ele espera reconhecimento na sua formação de sujeito, haja vista que a escola é um reflexo da cultura e no âmbito escolar reafirma a posição do ser crítico, ativo e participativo.

Foi possível examinar por meio das Leis e Diretrizes que a EJA, em sua trajetória histórica sempre esteve na posição secundária na educação brasileira e os avanços significativos vieram fragmentados, desenvolvidos como alternativas assistencialistas de maneira a eliminar exclusão social. Atualmente as Leis e Diretrizes determinam e exigem que a Educação de Jovens e Adultos antes de ser direito educacional, seja um direito humano e que igualmente deve prevalecer em sua concepção com práticas significativas de aprendizagem para potencializar as habilidades e competências, colocando o sujeito como participante ativo na sociedade.

Em relação ao perfil do sujeito, sua identidade como ele a constituiu, Souza relata que anteriormente os alunos da EJA eram específicos da área rural e vinham na busca incessante por melhorias de vida, este desejo levava o sujeito a imigrar. Freire defende que a educação deve ser conduzida na dialogicidade e que o aluno precisa ser ouvido e instigado a pensar. Assim sendo, Libanêo explica que os aspectos que envolvem o aluno, passa pela escola são relações interdependentes e simultaneamente se constroem.

No que se refere a função da escola na construção social do sujeito. Delors afirma que a educação para a formação do sujeito é primordial e deve-o acompanhar ao longo da vida, sendo que um dos deveres da educação é preparar os homens nas competências para governar seu próprio crescimento.

Sobre a contribuição da afetividade na aquisição do conhecimento e na organização da aprendizagem, onde Chalita evidencia que o amor para aprendizagem não tem idade e reforça

dizendo que a convivência entre jovens e idosos é benéfico. Do mesmo modo, Davis afirma que o afeto tem seu papel significativo nas relações pessoais servindo de estrutura entre cognitivo e a personalidade.

Nos estudos realizados priorizou-se os aspectos afetivos na educação na fase adulta e percebeu-se que, as questões afetivas no âmbito educacional estão focadas nas emoções da criança e no seu desenvolvimento, desviando-se do estágio adulto ou dando pouca atenção. Averiguou-se que a EJA busca considerar e abordar o fator afetividade relacionando sempre à experiência de vida do aluno e a importância deste na formação do sujeito, não distinguindo em suas aprendizagens o afeto como algo intrínseco, mas como algo composto. A aquisição do conhecimento está integrada à afetividade e à socialização favorecendo o autoconhecimento.

Os problemas pertinentes desta pesquisa evidenciaram que a educação ao longo da vida é responsabilidade de todos. E devem ser enfrentados com atitudes concretas destituindo a concepção de responsabilidade apenas da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as teorias estudadas verificou-se a importância da identidade, da socialização e da afetividade na vida do indivíduo da EJA, e como a educação na vida do ser humano é de crucial importância para o desenvolvimento da sociedade e para o seu desenvolvimento próprio. Além disso, as características que envolvem sua formação se aprimora no âmbito em que está inserido, indicando assim o complexo e contínuo processo educacional.

Nessa perspectiva, a escola se fundamenta no princípio educacional tornando-se essencial na vida da humanidade, desenvolvendo as múltiplas competências, potencializando as habilidades sociais, cognitivas e emocionais valorizando o ser humano na sua totalidade. Portanto, percebe-se que os alunos da EJA vão se constituindo, compreendendo e se capacitando através da educação, revestindo-se de conhecimentos, tornando-se capazes, respeitados e seguros consigo e do seu lugar no mundo.

Diante dessas considerações, a modalidade EJA é um lugar que ainda se pode sonhar e muitos buscam nela meios de concretizá-los. E também que o afeto é estrutura imensurável nas relações pessoais, na aquisição do conhecimento e na organização da aprendizagem. Igualmente, de suma importância para que o indivíduo se estabeleça e cresça na tríade psíquica, biológico e social.

Fica evidente que as questões levantadas nesse estudo não se esgotam, pelo contrário, necessitam de mais investigações com foco na perspectiva da afetividade na EJA. Dessa forma, tem como sugestão aprofundar-se nas conexões interiores do ser humano, visando à melhoria e qualificação dessa modalidade educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. S. **A afetividade no desenvolvimento da criança**. Contribuições de Henri Wallon*. **Revista Inter Ação**, v. 33, n. 2, p. 343-357, 19 dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/5271/4688>. Acesso em: 04 de maio.de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental: 5a a 8a série: introdução. Brasília, 2002, 148 p.: il: vol. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos.** Caderno I. Alunas e Alunos da EJA. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC**). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 11 de set. 2020.

CHALITA, Gabriel. **Educação**: a solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2001.

DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DELORS, Jacques... (coord.) (et al**.). Educação:** um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4. ed.- São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia cientifica em ciências sociais**. 3, ed. ver e ampl. São Paulo: Atlas, 1995. ISBN 85-224-124-3. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4613808/mod_resource/content/1/PEDRO_DEMO_ Metodologia_cientifica_em_cie.pdf. > Acesso em: 16 de set. 2020.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. 8. ed. Tradução ANÍSIO S. TEIXEIRA. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1973.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler.** Em três artigos que se completam. Autores associados: 23º ed. São Paulo- Cortez editora, 1989. (Coleção Polemicas do nosso tempo; 4)

_____**Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, 38. ed. Paz e Terra, 1987.

_____**Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo. 28. ed. Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.- (Educação e conhecimento)

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, M, de A. **Fundamentos de metodologia cientifica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. ISBN 85-224-3397-6. Disponível em <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india > Acesso em: 16 de set. 2020.

LIBÂNEO, José, C. OLIVEIRA, João, F de. TOSCHI, Mirza, S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. rev. e ampl. 4ª reimpressão (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenadora Selma Garrido Pimenta) São Paulo: Cortez, 2012.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal:** treinamento em grupo.- 22ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares da educação de jovens e adultos.** Governo do Estado do Paraná Secretaria de estado da educação superintendência da educação. SEED, Curitiba. 2006. Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Gestão em Foco**. Gestão Escolar da Educação de Jovens e Adultos:** Aspectos Legais e Pedagógicos. Unidade 1: Fundamentos Conceitos e Bases Legais da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba, 2018. Disponível em: < http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/educacao_jovens_adultos_unidade1.pdf>. Acesso em: 16 de set. 2020.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: Ibpex, 2007.

STRELHOW, Thyeles, B. **Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010 – ISSN: 1676-2584**.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf> Acesso em 04 ago. 2020.